



Número 18 abril 2006

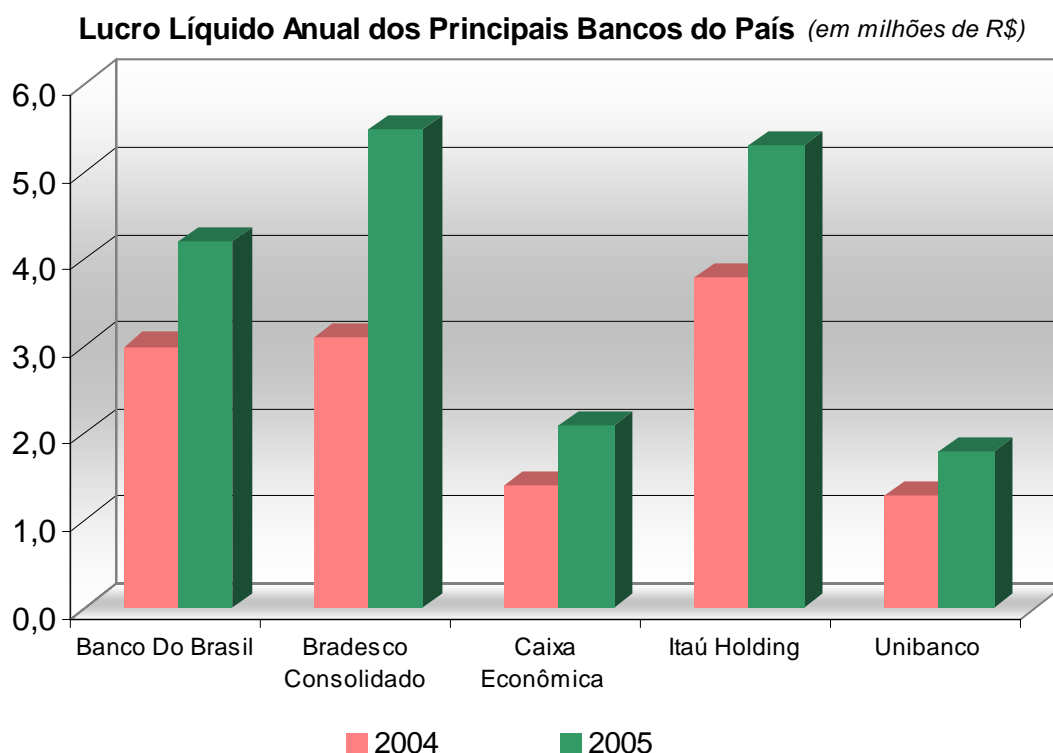
NOTA TÉCNICA

0 lucro dos bancos em 2005

O lucro recorde dos bancos em 2005

Os balanços recém divulgados indicam um crescimento excepcional do lucro dos bancos em 2005. O lucro líquido¹ dos principais bancos do país – Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Bradesco, Itaú e Unibanco – registrou um expressivo crescimento de 49,9%, somando R\$ 18,8 bilhões. Dentre eles, o Bradesco apresentou o maior resultado, contabilizando um lucro líquido de R\$ 5,5 bi. O Itaú obteve o segundo maior lucro (R\$ 5,3 bi) e registrou a maior rentabilidade patrimonial, cerca de 33,7%. Isso significa que, para cada R\$ 100,00 de capital próprio aplicado, o banco obteve um retorno de R\$ 33,70, o que garante a recuperação de todo capital investido no período de três anos.

GRÁFICO 1



Fonte: Balanço Anual dos Bancos
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

O total das aplicações (ativo) desses bancos cresceu 14,9%, alcançando R\$ 891,8 bilhões. Esse valor representa mais da metade das aplicações do setor, que contava com 135 instituições bancárias, ao final de 2005. Dos R\$ 891,8 bi, os cinco maiores bancos destinaram, em média, 34,6% para operações de crédito. Entre eles, o Banco do Brasil, o Bradesco e o Itaú registraram a maior participação do crédito sobre o ativo total, com 38,5%, 38,9% e 41,0% respectivamente. A menor participação relativa veio da CEF com apenas 20,4%. Em média, a carteira de crédito desses bancos aumentou 24,7%.

As operações com títulos públicos cresceram 17,7%. Apesar do crescimento menor, o volume dessas operações permanecem à frente do montante de crédito. Em média, os cinco maiores bancos destinaram 43,6% do ativo total para aplicações em títulos públicos, o que indica o nível de comprometimento dessas instituições com o financiamento da dívida pública. Enquanto o Itaú apresentou a menor participação dos títulos públicos sobre o ativo total, cerca de 37,0%, a Caixa Econômica destinou mais da metade do seu ativo (54,7%).

O crescimento mais acentuado das operações de crédito é resultado de três tendências presentes no setor. Em primeiro lugar, a consolidação dos empréstimos consignados, com sua disseminação entre os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entre os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em dezembro de 2005, o crédito consignado em folha de pagamento somava R\$ 32,0 bilhões contra R\$ 17,5 bi em 2004². Com isso, a participação dessa modalidade de empréstimos sobre o total de crédito livre da economia subiu de 5,5% para 7,9% no mesmo período (Tabela 1).

TABELA 1
Características do crédito consignado
Brasil 2004/05

CRÉDITO CONSIGNADO	VOLUME EM R\$ MILHÕES			TAXAS DE JUROS ANUAIS (média)		
	Dez/04	Dez/05	Variação	Dez/04	Dez/05	Variação
Servidores Públicos e Aposentados do INSS	14.936	28.092	88,1%	39,2%	36,4%	-2,8%
Trabalhadores do Setor Privado	2.599	3.944	51,8%	39,2%	36,4%	-2,8%
Total	17.535	32.036	82,7%			

Fonte: Banco Central

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

¹ Os dados do BB, CEF e Unibanco referem-se ao Banco Múltiplo, já o Itaú e o Bradesco divulgaram apenas dados do conglomerado;

² Conforme informativo “Créditos, Juros e Inadimplência - jan/06” do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) www.idv.org.br

Em segundo lugar, há uma tendência de incremento nas inovações no crédito direto ao consumidor (CDC), com a realização de várias parcerias entre lojas comerciais e bancos. Por fim, existe a intensificação dos processos de incorporações de financeiras pelas grandes empresas bancárias, como, por exemplo, a incorporação da Aimoré pelo ABN; da Zogbi, pelo Bradesco, além da criação de uma financeira, a TAI, pelo Itaú. Isto ocorreu porque é justamente nas modalidades de crédito às pessoas físicas e nas operações com pequenas e médias empresas que o setor bancário pratica as mais elevadas taxas de juros, podendo alcançar 150% ao ano.

Sabe-se que os empréstimos consignados em folha de pagamento reduzem sobremaneira o risco de inadimplência dessas operações, uma vez que o desconto das parcelas é feito diretamente na folha de pagamento do cliente e o aval da operação é da responsabilidade do empregador ou do INSS. No entanto, essas garantias somadas à economia de escala³ do setor não são totalmente repassadas ao cliente, permitindo, por exemplo, uma taxa mais acessível.

Por outro lado, os crescentes índices de endividamento das famílias, combinados com uma taxa de juro ainda elevada nos empréstimos consignados podem ampliar a incapacidade de pagamento destes tomadores, reduzindo o alcance positivo desta medida para o crescimento da economia. Além disso, apesar da entrada em vigor da nova Lei de Falência⁴, criada com o objetivo de oferecer maior segurança ao setor financeiro e com isso permitir uma redução dos juros bancários, até aqui não é possível identificar qualquer efeito nessa direção.

Em 2005, os cinco maiores bancos elevaram suas receitas tanto nas operações de crédito como nas aplicações com títulos públicos que, em média, aumentaram 30,5% e 15,2% respectivamente. O desempenho dessas aplicações foi amplamente favorecido pela escalada dos juros iniciada em setembro de 2004⁵. A terceira maior fonte de lucro continua sendo a proveniente das receitas de prestação de serviços (tarifas bancárias). Juntos, esses bancos arrecadaram R\$ 29,0 bilhões de seus clientes na cobrança de serviços – um crescimento de 18,7%. Com isso, essas receitas ficaram 21,8% acima do total das despesas de pessoal dos cinco bancos (R\$ 23,8 bilhões), cujo crescimento foi de 10,6%.

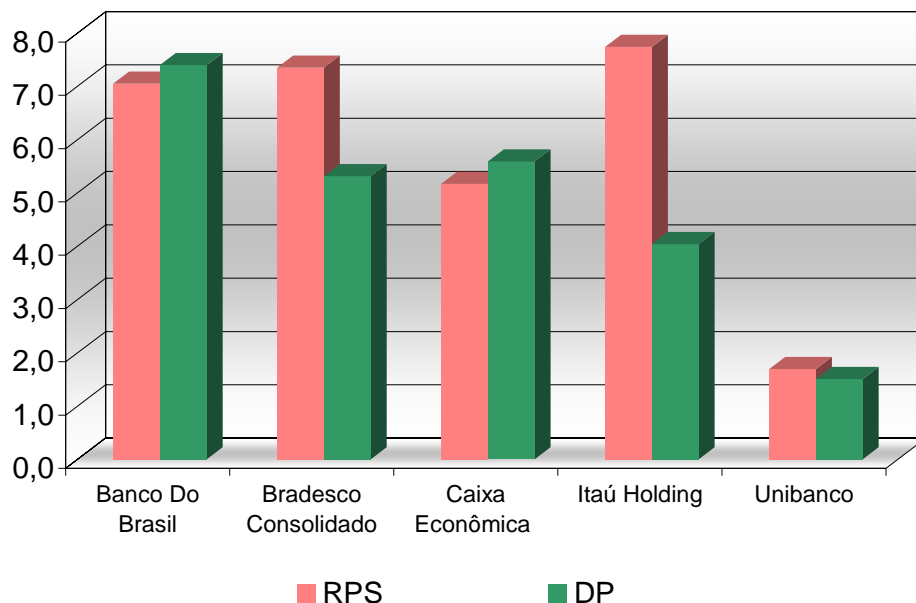
GRÁFICO 2

³ Redução do custo unitário por produtos e serviços bancários;

⁴ A nova Lei de Falência, nº 11.101/2005, em vigor desde meados do ano passado, é uma antiga reivindicação do setor financeiro. Seu principal objetivo é blindar o setor diante de eventuais falências de empresas clientes. Para isso, a lei assegura a aquisição de bens hipotecados por essas empresas como garantia de empréstimos não honrados.

⁵ Em 2004, a média da taxa selic foi de 16,2%, subindo para 19,0% em 2005.

Receitas de Prestação de Serviços (RPS) e Despesas de Pessoal (DP) - 2005 (em milhões de R\$)



Fonte: Balanço Anual dos Bancos
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Por fim, o crédito é uma indispensável ferramenta para o desenvolvimento da economia. No entanto, a sua concentração em operações de curto prazo e de maior rentabilidade reflete a preferência dos bancos pela realização imediata de lucros desmedidos. Além disso, o ambiente macroeconômico no qual essas instituições operam contribui para a prática de elevados juros, com o setor público absorvendo a maior parte dos recursos bancários e, assim, garantindo-lhes uma atrativa rentabilidade na aplicação de títulos públicos.

Aliás, os elevados juros indexados a esses títulos atraem não apenas os recursos do setor financeiro, como também do setor produtivo. Se, de um lado, o cenário macroeconômico caracterizado pelo baixo crescimento da economia reduz as expectativas dos empresários em relação a uma taxa de retorno que seja superior aos juros praticados no mercado, de outro, as inúmeras opções de aplicações em fundos de investimentos lastreados em títulos do governo lhes conferem a certeza de uma rentabilidade desejável. Por esta razão, parte do capital produtivo que deveria ampliar a capacidade de produção da economia é desviado para aplicações financeiras.

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente

STI. Metalúrgicas de São Paulo

João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente

Sind. Metalúrgicos do ABC

Antonio Sabóia B. Junior – Secretário

SEE. Bancários de São Paulo

Carlos Eli Scopim – Diretor

STI. Metalúrgicas de Osasco

Alberto Soares da Silva – Diretor

STI. Energia Elétrica de Campinas

Zenaide Honório – Diretora

APEOESP

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI. Metalúrgicas de Curitiba

Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor

Sind. Energia Elétrica da Bahia

Levi da Hora – Diretor

STI. Energia Elétrica de São Paulo

Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor

Femaco – FE em Asseio e Conservação

do Estado de São Paulo

Mara Luzia Feltes – Diretora

SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre

Célio Ferreira Malta – Diretor

STI. Metalúrgicas de Guarulhos

Eduardo Alves Pacheco – Diretor

CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos

Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Equipe técnica

Ana Quitéria Nunes Martins

Murilo Barella

Nelson Karam

Patrícia Lino Costa

Iara Heger (revisão)